

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo – arquivo eletrônico. 2008. 16 pp.

Título:

Cooperativas de crédito, integração macro-regional e ameaças sistêmicas diante da crise financeira internacional.

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

Ver abaixo

Referência original:

CRUZ, Antonio. Cooperativas de crédito, integração macro-regional e ameaças sistêmicas diante da crise financeira internacional. Pelotas: arquivo eletrônico, 2009. Disponível em <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>.

IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL SOBRE O SETOR COOPERATIVO

Cooperativas de crédito, integração macro-regional e ameaças sistêmicas diante da crise financeira internacional

Antônio Cruz*

Resumo

O presente artigo analisa as condições de sustentabilidade econômica e social das cooperativas de crédito em países escolhidos da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguay), a partir de estudos de casos realizados por pesquisadores de universidades de cada país, no âmbito do projeto “Impactos da integração regional do Mercosul sobre o setor cooperativo”, financiado pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional, do Canadá, e coordenado pelo Prof. Juan Pablo Martí, da Universidad de la República (Uruguai). O texto apresenta sinteticamente os informes realizados, comparando-os à luz do tema central do artigo; procura recuperar os elementos históricos da dinâmica recente do cooperativismo de crédito na macro-região continental, indicando os elementos conjunturais que impactam esta atividade, especialmente aqueles vinculados à recente crise econômica internacional. Comparando os casos estudados, o trabalho procura ainda identificar as iniciativas de integração e apoio mútuo entre as cooperativas no âmbito macro-regional, para finalmente analisar as perspectivas de longo prazo para a sustentabilidade econômica e social das cooperativas de crédito como projeto emancipador.

Palavras-chave

Cooperativismo de crédito; economia social/solidária; sistema financeiro; crise internacional; sustentabilidade econômica e social.

1. Apresentação

Este trabalho é parte do produto final do projeto “Impactos da Integração Regional do Mercosul sobre o Setor Cooperativo”, auspiciado pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (Canadá) e coordenado pelo Prof. Juan Pablo Martí, da Universidad de la República (Uruguay).

O texto é um esforço de síntese de um conjunto de estudos de caso sobre ações de integração internacional realizadas por cooperativas escolhidas nos países estudados.

* Professor-pesquisador do Mestrado de Política Social da Universidade Católica de Pelotas; coordenador nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; doutor em economia aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Brasil).

Um conjunto importante de docentes-pesquisadores de universidades sul-americanas estiveram envolvidos neste trabalho. Verónica Montes e Leandro Iglesias, da *Universidad de la Plata*, foram responsáveis pela pesquisas referentes ao *Banco Credicoop Cooperativo Ltda.* e à *Cabal Cooperativa Limitada Administradora de Medios de Pago*, na Argentina. As investigações no Chile estiveram a cargo de Luis Hernández e de Mario Radrigán, da *Universidad de Chile*, que estudaram os casos da Coopeuche (*Cooperativa de Ahorro y Crédito del Personal de la Universidad de Chile*) e da Oriencoop (*Cooperativa de Ahorro y Crédito Oriente Ltda.*). Na Colômbia, o caso apresentado é da Coomuldesa (*Cooperativa de Ahorro y Crédito para el Desarrollo Solidario de Colombia*), cuja investigação foi realizada por Dario Castillo Sandoval, da *Pontificia Universidad Javeriana*. Os casos investigados no Paraguai pela equipe de Daniel Bogado, da *Universidad Católica Nuestra Señora de la Asuncion*, referem-se às cooperativas Mercado 4 (*Cooperativa Multiactiva de Ahorro y Crédito, Consumo, Producción y Servicios Mercado nº 4 Ltda.*) e Coomecipar (*Cooperativa de Producción, Consumo, Ahorro, Crédito y Servicios de Profesionales de la Salud Ltda.*).

Sua primeira seção aborda o contexto histórico que condicionou o desenvolvimento do cooperativismo de crédito nos países estudados, nas últimas décadas, para imediatamente passar a um inventário das iniciativas de integração operadas pelas cooperativas de crédito nesse período recente. Na sequência, levanta alguns elementos conjunturais que impactam o desenvolvimento do setor bancário sobre as cooperativas de crédito e, finalmente, procura analisar como a atual crise financeira internacional repercute sobre os cenários presentes e futuros do desenvolvimento das cooperativas. A última seção tenta perscrutar as possibilidades de ação capazes de potencializar a resistência do setor cooperativo de crédito diante da crise.

As informações sobre os casos estudados referem-se diretamente aos informes relacionados e, portanto, evitaremos citar exaustivamente cada fonte, que ficam desde agora subentendidas. Qualquer outra fonte será citada, normalmente. As análises apresentadas são de responsabilidade, exclusivamente, do autor deste artigo.

2. O contexto histórico recente e o cooperativismo de crédito.

A situação atual das cooperativas de crédito nos países estudados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai) é resultado de um acúmulo histórico relacionado a um contexto muito mais amplo que o simples desenvolvimento do cooperativismo de crédito ou mesmo do

movimento cooperativo mais geral. Seus elementos-chave incorporam o desenvolvimento histórico sócio-político da região, bem como os impactos da globalização sobre suas economias e sobre seu processo de integração.

Num artigo anterior¹, ressaltávamos que o crescimento do cooperativismo de crédito nos anos 70 e 80 foi restringido, de modo geral, pelas atuações fiscalizadoras dos regimes militares que, ainda que não se manifestassem contrários ao crescimento do setor (e em alguns casos, como no Brasil e no Chile, o incentivassem diretamente), estabeleceram normas legais de controle sobre a atividade financeira não-bancária.

O período seguinte, de transição dos regimes autoritários à democracia, foi acompanhado de uma elevação do nível de participação da cidadania, e os setores populares recuperaram sua condição de iniciativa, não apenas no campo político, mas também no campo econômico. O associativismo econômico (o cooperativismo e formas diversas de economia solidária) foi impulsionado, nos anos 90, pela conjunção entre a crise do mundo do trabalho – desemprego, informalização e precarização crescentes – e pela ampliação de atitudes sociais vinculadas a valores relacionados à crítica da desigualdade, à participação e à democracia, com um aumento significativo da atividade política relacionada à recuperação e desenvolvimento da cidadania.

No que diz respeito a esse processo, o começo da presente década (2001-2010) foi marcado por um duplo e contraditório movimento, que reuniu o aprofundamento da concentração do capital – através da oligopolização mundial e da financeirização generalizada da economia² global – e a re-emergência das formas associativas de iniciativa econômica, especialmente nos países periféricos.

O processo de concentração do capital estendeu-se ao setor financeiro, com um alargamento da presença dos bancos multinacionais em praticamente todos os países. E ao mesmo tempo, de forma aparentemente paradoxal e acompanhando o movimento geral da economia, ocorreu um crescimento significativo do cooperativismo de crédito, como alternativa ao circuito convencional dos oligopólios bancários. Assim, por um lado, o número de bancos decresceu em todos os países da região e a presença de instituições estrangeiras se tornou mais significativa em cada país, tomando em consideração o número de instituições financeiras, bem como o tamanho da sua participação nos mercados financeiros (CRUZ,

¹ Ver CRUZ (2008), bem como os demais ensaios presentes em MARTÍ (2008), produzidos por MONTES et al (sobre a Argentina), SCHNEIDER et al (sobre o Brasil), HERNÁNDEZ (Chile), BOGADO et al (Paraguai) e CATILLO (Colômbia).

² CHESNAIS (1996).

2008). Por outro lado, o número de cooperativas de crédito se multiplicou, com um leve crescimento em seu *market share*. Este “leve crescimento” toma em consideração o mercado financeiro como um todo, embora tenha representado uma ampliação exponencial dos recursos das cooperativas, se se considera o ponto de partida no período imediatamente anterior (anos 80).

Durante os anos 90, como se procurou demonstrar no estudo anterior citado, o setor cooperativo de crédito (doravante, simplesmente “CACs”³) respondeu a esta conjuntura com uma “concentração interna”, num processo que combinava vários mecanismos: a absorção/fusão de cooperativas menores por cooperativas maiores, o desaparecimento (extinção) puro e simples de estruturas de pequena escala, e a criação de estruturas de integração (formação de federações ou de cooperativas de segundo grau etc.) que garantiam escalas mais ampliadas e redes de segurança financeira mais adequadas. Este movimento resultou, em parte, de exigências cada vez maiores por parte das autoridades financeiras (normalmente dos bancos centrais) para evitar crises de grande escala no setor cooperativo (como a que ocorreu na Colômbia em fins dos anos 90), para garantir preventivamente a solidez do sistema (casos do Brasil e Chile) ou ainda combinando esses elementos com motivações de caráter aparentemente político (Argentina).

De qualquer forma, a tendência do setor cooperativo foi de ampliar suas escalas de operação para fazer frente a um mercado cada vez mais oligopolizado, com exigências cada vez maiores em termos de investimentos e de redução de custos, como forma de sustentar as taxas de *spread* habituais. Ao mesmo tempo, a sofisticação crescente dos mercados financeiros e dos serviços bancários levou a uma considerável complexificação das organizações cooperativas, com a formação de burocracias (quadros técnicos) altamente especializadas, necessárias à administração de fundos cada vez maiores em um ambiente de risco igualmente crescente. Tal movimento levou à formação do que denominamos anteriormente como “quase-bancos” (nos casos argentino e brasileiro, apareceram bancos, propriamente, como o Credicoop e o Sicredi⁴), que por motivos diferentes tentaram e seguem tentando inserir-se e consolidar-se no mercado bancário convencional por meio da inter-cooperação das CACs que lhes constituem e da ampliação das escalas de operação.

³ Como no artigo anterior, utilizaremos a sigla comumente empregada no espanhol – CACs: *cooperativas de ahorro y crédito*.

⁴ O Credicoop, argentino, é um banco cooperativo. O Sicredi, brasileiro, é uma sociedade mercantil controlada por três cooperativas de crédito de segundo grau, que formam o “sistema Sicredi”, e que por sua vez reúnem dezenas de cooperativas singulares.

Este processo, por fim, voltou a inscrever na pauta do movimento cooperativo a velha polêmica entre eficácia econômica e participação social, uma vez que a complexidade das operações administrativas e financeiras tornou as cooperativas cada vez mais dependentes das decisões tecnicamente produzidas, cujos ritmos e mecanismos de tomada de decisão não podiam (não podem) atender de forma adequada às necessidades de participação e compartilhamento nos processos decisórios requeridos normalmente às cooperativas (como pressuposto conceitual). As assembleias de associados tornaram-se, cada vez mais, um ritual de reafirmação das organizações, com poucos traços de participação dos associados em termos de tomadas de decisão⁵.

Neste mesmo sentido, a tentativa de sobrevivência das cooperativas em meio a um mercado bancário cada vez mais acirrado, tornou necessária a priorização de operações com a maior escala possível, a fim de reduzir custos e obter *spreads* mais elevados, que garantissem a viabilidade financeira das cooperativas. Nestas, à medida que normalmente não operam com grandes poupadores e/ou investidores, a tendência foi uma certa especialização em públicos com rendas médias (micro e pequenos empresários, pequenos poupadores, pequenos agricultores ou agricultores familiares etc.), o que significou que a ampliação do acesso ao crédito como um direito social básico, a ser estendido para as camadas mais pobres da população, continuou sendo proibitivo para o próprio setor cooperativo.

3. Iniciativas de integração macro-regional e resultados

Iniciativas concretas no sentido de empoderar o setor cooperativo através de processos inter-cooperativos de caráter internacional (macro-regional) foram raras.

O único exemplo efetivo foi dado pela Cabal, ao estender sua cobertura de pagamentos aos países originais do Mercosul.

Desde la organización se observó que este proceso de articulación empieza en Uruguay como una necesidad de la gente que viajaba por turismo desde Argentina y demandaba la posibilidad de usar la tarjeta. Como consecuencia de eso surge también el contacto con las cooperativas de Paraguay que pretendían incursionar en el tema de la tarjeta de crédito, a fin de ampliar su área de acción. Por su parte, el emprendimiento en Brasil se materializa como resultado de la integración preexistente entre Argentina, Uruguay e Paraguay. Esto obedeció a varios

⁵ Evidentemente, não se fala aqui de decisões menores. O fato é que mesmo decisões estratégicas para as cooperativas (decisões de investimento, de estratégias de mercado, de ampliação ou redução do quadro de funcionários etc.) passaram a depender quase exclusivamente da posição dos técnicos e quadros dirigentes, à medida que o conhecimento de gestão dos fundos das cooperativas, do funcionamento do mercado etc. exigem análises qualificadas que raramente estão ao alcance de um associado comum.

motivos, entre los cuales merecen destacarse: su influencia turística y su importante dimensión (tanto geográfica como demográfica). (MONTES; IGLESIAS: 2008, p. 12).

Uma característica muito importante dessa experiência é que, de acordo com o informe citado, a ampliação dos serviços do cartão Cabal foi feita efetivamente como integração, isto é: como uma parceria entre cooperativas de crédito dos países vizinhos, com a orientação da “matriz” argentina. No Uruguai, a parceria firmou-se com COFAC; no Paraguai, com Cooperativa Universitária del Paraguay, e no Brasil, com o Banco Sicoob, e depois, com o Banrisul – um banco público, pertencente ao governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Se implemento en el país una etapa de formación de profesionales que luego intervinieron en delineamiento de los proyectos en el exterior. En la actualidad, Cabal Argentina deja un miembro de su organización asentado en cada país, pero fundamentalmente, la continuidad de la red y la profundización de los servicios, es cubierta por integrantes de la organización del país de origen. (...) En buena medida cada país fue promotor de su propia experiencia cooperativa y a la par generó los procesos lógicos de colaboración para la preparación de sus miembros. (idem)

Uma outra única experiência efetiva de inter-cooperação em bases econômicas objetivas foi o socorro prestado pelo Banco Credicoop a COFAC, no Uruguai, na crise de 2002.

As demais relações que se produziram estiveram sempre limitadas ao intercâmbio técnico e nem sempre se produziram entre fronteiras vizinhas:

- Mercado 4 (Paraguai) contou com a colaboração do *Développement International Desjardins*, da Confederação Alemã de Cooperativas (DGRV) e da Confederação de Cooperativas de Minnesota (MCUN), bem como do WOCCU (Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito);
- COOPEUCH (Chile) tem realizado seminários internacionais sobre crédito cooperativo e temas afins, em estreita relação com a já citada alemã DGRV, bem como tem desenvolvido atividades de intercâmbio com cooperativas da Costa Rica, Equador e Uruguai;
- ORIENCOOP (Chile) tem desenvolvido o mesmo tipo de atividades de intercâmbio na Espanha e no Uruguai;

- COOMECIPAR (Paraguai) tem buscado parcerias técnicas com SALUDCOOP (cooperativa colombiana com perfil idêntico ao seu) e nos primórdios do Mercosul tentou uma aproximação com um conjunto de cooperativas do bloco: COFAC (Uruguai), CREDICOOP e Banco Mayo (Argentina), COOPEUCH (Chile) e UNICREDI (Brasil), embora este esforço não tenha representado avanços efetivos; como em outros exemplos, estabeleceu uma parceria técnica com a DGRV (Alemanha).

Evidentemente, tais experiências produziram resultados importantes e interessantes, mas estão longe de constituir (ilustre exceção da incipiente iniciativa do Cartão de Crédito CABAL) um processo efetivo de inter-cooperação e/ou integração regional.

O novo período dos mercados financeiros que se inaugura com a crise do sistema norte-americano parece avizinhar tempos difíceis para instituições de crédito pequenas e isoladas.

4. Crise financeira internacional e cenários vindouros.

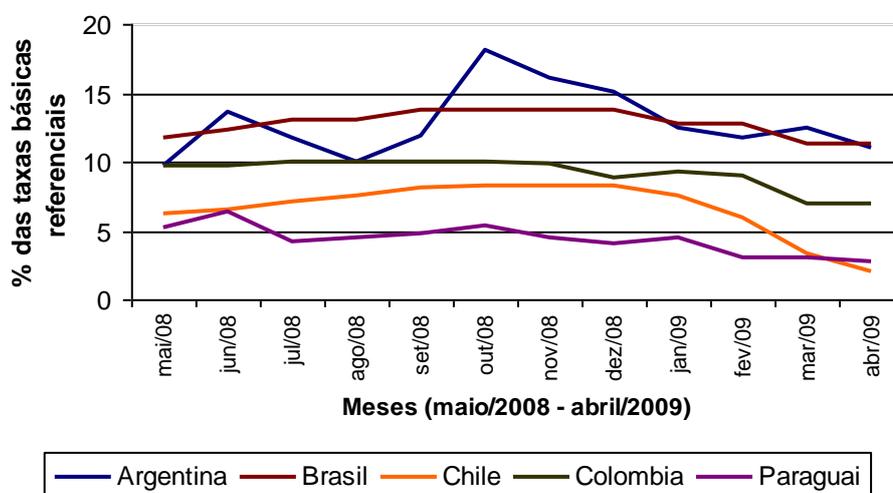
A crise econômica iniciada no setor financeiro norte-americano em 2007 e que em seguida estendeu-se aos mercados financeiros dos países centrais significou também uma violenta contração do crédito para o conjunto das economias afetadas.

Uma consequência desse processo foi a sucessão de falências bancárias que detonou uma nova rodada de concentração do capital financeiro, com o desaparecimento de diversas instituições e a formação de megabancos, mesmo em mercados até então relativamente desconcentrados. Alguns resultados em termos de futuro próximo relacionados a isto são previsíveis: (a) o aumento das escalas de operação e de redução dos custos por operação; (b) o estabelecimento de um novo patamar de investimentos em capital fixo (com a busca de aumentos sucessivos em termos de automação) com o objetivo precípua de reduzir os custos operacionais; (c) a busca acelerada de novos mercados financeiros, com a incorporação (graças a novos sistemas automatizados) de segmentos de mercado em todas as faixas sociais, incluindo os mais pobres; (d) um aumento significativo das taxas de juros, caso as autoridades monetárias não mantenham a política atual de oferta de crédito abundante a partir da intervenção dos bancos centrais.

Uma outra consequência da crise, imediatamente sentida, foi uma elevação significativa das taxas de juros em 2008, que foi contrarrestada fortemente por uma rápida e

acelerada redução das taxas desde outubro desse mesmo ano, determinada especialmente pela entrada em cena de políticas anti-cíclicas desencadeadas pelos governos e bancos centrais, preocupados em deter a expansão da crise e a contaminação de outros setores econômicos. O gráfico abaixo apresenta as curvas das taxas referenciais de juros dos países em foco entre maio/2008 e abril/2009. É fácil notar um ponto de inflexão a partir de outubro/2008 quando a curva ascendente inicia uma clara descendente.

Evolução das taxas referenciais de juros nos países estudados



Fonte: elaboração própria a partir de dados dos bancos centrais dos países estudados.

Isto significa, a curto prazo, uma redução dos *spreads* bancários e a evidente contração das taxas de lucro⁶ dos bancos.

Para as cooperativas de crédito que operam em economias abertas e que tentaram, no último período, inserir-se no mercado bancário concorrendo com as instituições convencionais, este cenário não é nada animador. A redução dos *spreads* e a ampliação das escalas de operação deverão levar a um tensionamento cada vez maior das estruturas de reprodução do capital das cooperativas e, evidentemente, de sua capacidade de operação.

Duas respostas pró-ativas parecem ser possíveis no sentido de buscar garantir a sobrevivência das cooperativas de crédito, mas deve-se ressaltar que a simples permanência

⁶ Convém alertar aos leitores mais desavisados, que taxa de lucro e lucro (ou massa de lucros) não é a mesma coisa. Os lucros das instituições poderão voltar a crescer em função do aumento da escala das operações, sobretudo em função das fusões/aquisições, mas a relação entre os custos e os rendimentos de cada operação bancária tende a ser cada vez mais estreita, bem como a relação entre investimentos e rentabilidade.

das CACs em seu estágio atual de desenvolvimento colocará em risco a continuidade da existência da maioria delas.

A primeira das respostas pró-ativas diz respeito à continuação do processo de centralização/concentração das instituições cooperativas, com a finalidade de preservar o *market share* conquistado até o momento e, ao mesmo, sua capacidade de investimento e de ampliação dos serviços prestados.

É difícil descartar esta opção como uma perspectiva válida, já que até o momento esta estratégia teve êxito. Mesmo assim, convém lembrar que as escalas de operação são crescentes, assim como, também, o processo de internacionalização dos bancos privados. Isto permite prever que a capacidade de operação e de atendimento das demandas trans-fronteiras pelas instituições convencionais tende a garantir uma ampliação exponencial de sua participação no mercado regional. E neste sentido, o processo de concentração/centralização (por meio de fusões/aquisições/integrações) das cooperativas de crédito teria que ganhar também este caráter trans-fronteiriço.

Entretanto, há aí um conjunto de problemas e limitações a serem superados. O primeiro deles é de ordem da “política do cooperativismo”, por assim dizer. De modo geral, como parecem demonstrar os relatórios produzidos sobre os casos estudados, as burocracias (os quadros técnicos e dirigentes) das cooperativas tendem mais a competir que a cooperar entre si. E este sentimento competitivo não parece diminuir, senão que parece fortalecer-se, quando se trata de parcerias internacionais. O segundo problema é de ordem da política macro-regional: pode-se qualificar como “baixa” a dinâmica de auto-regulação do bloco regional (Mercosul), e a construção de marcos regulatórios niveladores acerca das cooperativas e da economia social/solidária está longe de ser considerada satisfatória nos estados nacionais, e muito menos para o conjunto do bloco.

Neste sentido, esta primeira hipótese de “resposta pró-ativa” do cooperativismo de crédito exigiria uma aceleração potente do processo de integração, incluindo aí a pressão organizada sobre os Estados nacionais em termos da criação de um ambiente institucional propício para processos de integração cooperativa.

Uma segunda resposta possível estaria nos marcos do redimensionamento dos objetivos e das estratégias das cooperativas de crédito em relação ao mercado financeiro, utilizando-se das vantagens relativas que combinam as dinâmicas próprias das pequenas empresas em situação de concorrência oligopolística (PENROSE, 1962; LABINI, 1986;

PIORE; SABEL, 1984) às dinâmicas próprias das empresas autogestionárias (DAURES; DUMAS, 1977; CRUZ, 2006; BÚRIGO, 2006).

Quando as cooperativas de crédito atuam localmente, sendo reconhecidas explicitamente por seus associados como um empreendimento comum a todos e sobre o qual todos têm parcela de responsabilidade – em uma expressão: quando se tratam cooperativas autogeridas pelos associados –, multiplicam-se as possibilidades de se operar com baixa escala de serviços e, mesmo assim, com *spreads* que garantem sustentabilidade econômica e social.

Esta situação resulta das seguintes características de funcionamento, que podem ser identificadas em várias experiências de crédito/microcrédito conhecidas, como o Grameen Bank (YUNUS; JOLIS, 2001), as cooperativas de crédito solidário ou os bancos comunitários no Brasil (SEGUNDO NETO; MAGALHÃES, 2005) ou – em certos aspectos – no sistema de comitês de agência do CREDICOOP (Argentina):

- a) *Controle social do crédito, gerando taxas de inadimplência muito reduzidas.* Uma vez que a comunidade creditícia (a cooperativa) reconhece e é reconhecida pelos sócios-atores, redobra-se o esforço de adimplência dos associados, uma vez que o não-pagamento redundava em prejuízos morais tão ou mais graves que as sanções financeiras a que um banco convencional pode utilizar, e que a perda da alternativa cooperativa significa uma dependência direta dos sistemas impessoais/burocráticos dos bancos convencionais.
- b) *Tramitação simplificada.* Da mesma forma que o exercício do controle social do crédito, a carga burocrática necessária para a tramitação de negócios creditícios é reduzida, nas cooperativas, em função do caráter semi-pessoal que a relação cooperativa-cooperado estabelece, quando se trata de empreendimentos autogeridos.
- c) *Captação preferencial.* Os associados que se sentem controladores da cooperativa tendem a reforçar os fundos comuns, dando preferência aos depósitos de suas poupanças e capitais de investimento na cooperativa, uma vez que percebem que sua administração está acessível a qualquer sócio (transparência autogestionária) e que é prudente do ponto de vista técnico; ao mesmo tempo, compreendem a necessidade da existência de fundos suficientemente dotados para atender a demanda de crédito dos associados.

- d) *Acesso democratizado aos serviços bancários*. As cooperativas, em geral, podem operar com estruturas mais flexíveis de serviços (postos atendimento móveis ou simplificados, micro-lojas etc.) que levam os serviços bancários a comunidades normalmente excluídas dos serviços bancários.

Evidentemente, recoloca-se aí o *trade-off* entre o tamanho das organizações, o nível possível de democracia interna e a eficácia econômica. A superação do problema exigiria estruturas que combinassem:

- (i) organizações pequenas, enxutas, ágeis, e de caráter local;
- (ii) participação democrática ativa por parte dos associados;
- (iii) formação redes de cooperativas ampliadas e democraticamente geridas, capazes de unificar fundos de segurança financeira para o conjunto das cooperativas-membro, suficientemente largas e profundas para assegurar a estabilidade das unidades de crédito a elas vinculadas. Estas redes precisam configurar-se “de baixo para cima” – isto é, do local para o global –, em torno de princípios comuns solidários de gestão da renda e da riqueza socialmente produzidas⁷.

Em uma expressão: tratar-se-ia de passar do modelo de bancos cooperativos ao modelo de redes inter-cooperativas, de cooperativas locais autogeridas. Isto não excluiria a possibilidade de estas redes conformarem organizações complexas (como bancos cooperativos, por exemplo), mas exigiria um grau elevado de autonomia das unidades de operação, com uma estrutura tão enxuta quanto aquelas típicas das pequenas cooperativas locais.

Esta estratégia permitiria, no nosso entendimento, avançar através dos interstícios de um mercado bancário cada vez mais oligopolizado, em que os bancos convencionais tentam estender suas redes de atendimento de forma capilar (inclusive abrindo agências em bairros pobres e afastados), mas que por conta de sua natureza racional-burocrática-capitalística, não podem adequar-se às relações sociais de confiança geradas pelo controle autogestionário do crédito.

5. Observações finais

⁷ Estas “redes” podem adquirir características intencionais diversas – bancos, quase-bancos, centrais (cooperativas de Segundo grau) etc. O que importa aqui, é a estrutura e sua dinâmica de funcionamento de suas unidades de operação nos territórios locais.

Embora a extensão e a profundidade da atual crise econômica ainda sejam temas controvertidos, há duas convicções mais ou menos comuns entre a grande maioria dos especialistas: (i) o epicentro da crise encontra-se nos mercados financeiros, especialmente aqueles em que operam instituições *global players*; (ii) a crise disparou um processo de concentração bancária, determinado pela insolvência de um conjunto significativo de instituições (a duração e o grau deste processo continuam em debate).

A inexistência virtual de ações inter-associativas entre as cooperativas do Mercosul coloca a todas em situação de risco ou, pelo menos, em situação de severa e crescente restrição em termos de mercado.

As atuais estruturas, polarizadas entre dois modelos, não parecem adequadas para enfrentar a crise. Os dois modelos identificados são:

- a) bancos ou quase-bancos cooperativos: estruturas complexas, com escalas de serviço elevadas (se comparadas a cooperativas comuns), operando fundos de tamanho significativo, mas com dinâmicas de operação racionalizadas (burocratizadas), com pouco compromisso dos associados em relação à organização e com altos custos operativos;
- b) cooperativas singulares: estruturas simplificadas e flexíveis, com razoável compromisso dos associados em relação à organização, e com custos de operação muito baixos, oferecendo taxas competitivas; porém, há crescentes problemas de termos instabilidade, em situação de crescente incerteza dos mercados, gerando insegurança em relação aos fundos, por conta do estreitamento das margens de manobra no mercado.

No primeiro caso, a tendência é uma exposição cada vez maior à concorrência inter-bancária por parte dos oligopólios financeiros, que operam – é claro – em franca vantagem. No segundo caso, o problema é a impossibilidade crescente de sustentar os *spreads* que garantem o equilíbrio básico das instituições sem abalar as margens mínimas de segurança necessárias para operar sob condições de extrema incerteza.

Embora reiteremos que não se pode descartar como *viável* – do ponto de vista econômico – a possibilidade de sustentar as cooperativas de crédito a partir de um novo turno de integrações/fusões/aquisições, torna-se extremamente perigoso que a complexificação das organizações e a conseqüente proeminência dos quadros técnicos sobre a participação associativa termine por anular as vantagens comparativas das instituições cooperativas,

igualando-as, no imaginário dos associados (e mesmo objetivamente), a bancos comuns, destituindo-as de seu caráter social e político emancipador.

Uma alternativa *realmente* cooperativista deve visar:

- a viabilidade econômica dos empreendimentos;
- a co-responsabilização dos associados;
- o compartilhamento dos valores da solidariedade e da sustentabilidade econômica, social e ambiental de longo prazo;
- a autogestão dos fundos construídos associativamente;
- a participação ativa e democrática dos associados;
- a democratização do acesso ao crédito como um direito social;
- o compromisso com o oferecimento de oportunidades aos mais pobres, baseadas na confiança recíproca (solidariedade) e no trabalho produtivo;
- o engajamento das instituições cooperativas na resolução dos problemas econômicos e sociais do território em que estão inseridas;
- a combinação ótima entre gestão eficiente e participação democrática;
- a busca de mecanismos de segurança financeira baseados na inter-cooperação e no compartilhamento da segurança financeira interinstitucional com outras organizações associativas.

Uma estrutura que garanta controle social das cooperativas através da participação democrática de seus associados e o reconhecimento do papel social desempenhado por essas unidades na sustentabilidade local, e que ao mesmo tempo permita o estabelecimento de uma (ou de várias) rede(s), ampla(s) e suficientemente consistente(s), que garanta(m) estabilidade às operações creditícias, parece ser uma saída ao mesmo tempo factível e ao mesmo tempo desafiadora. Ela depende, entretanto, de esforços políticos, tanto quanto de esforços técnicos e econômicos.

Sobretudo, neste caso, este “programa de princípios” não poderia ser apenas uma carta de boas intenções: ele precisa ser a base de uma aliança entre pequenos poupadores/investidores/associados e suas organizações cooperativas, como o caminho mais seguro para alcançar a sustentabilidade do setor de crédito cooperativo diante da grave crise que vivemos e dos efeitos sociais que recém começam a ser sentidos.

Referências

BOGADO, Daniel; RIVAROLA, Nidia (2008). Informe del estudio de caso – *Cooperativa de Producción, Consumo, Ahorro, Crédito y Servicios de Profesionales de la Salud Ltda “COOMECHIPAR”*. Arquivo eletrônico. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción.

_____ (2008b). *Informe del estudio de caso de la Cooperativa Multiactiva de Ahorro y Crédito, Consumo, Producción y Servicios Mercado N° 4 Ltda*. Arquivo eletrônico. Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción.

BÚRIGO, Fábio L. (2006). *Finanças e solidariedade – uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Tese de doutorado em sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.

CASTILLO, Dario (2008). Informe final: *Caso COOMULDESA – Cooperativa de ahorro y crédito*. Arquivo eletrônico. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

CHESNAIS, François (1998). Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François et al. *A mundialização financeira – gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.

CRUZ, Antônio (2006). *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em economia aplicada. Campinas: Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas.

_____ (2008). Síntese dos informes sobre cooperativas de crédito e poupança. In: MARTÍ, Juan Pablo et al. *Cooperativas e integración regional – la trayectoria de las cooperativas agropecuarias y de ahorro y crédito en el MERCOSUR*. Montevideo: IDRC/CRDI.

DAURES, Nicolas; DUMAS, André (1977). *Théorie économique de l'autogestion dans l'entreprise*. Paris: Du Faubourg.

HERNÁNDEZ, Luis; RADRIGÁN, Mario (2008). Estudio de caso – *Cooperativa de Ahorro y Crédito Oriente Ltda. Oriencoop – Chile*. Arquivo eletrônico. Santiago: Universidad de Chile.

_____ (2008b). Estudio de caso – *Cooperativa de Ahorro del Personal de la Universidad de Chile Ltda. COOPEUCH – Chile*. Arquivo eletrônico. Santiago: Universidad de Chile.

LABINI, Paolo Sylos (1986). *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Nova Cultural.

MARTÍ, Juan Pablo et al (2008). *Cooperativas e integración regional – La trayectoria de las cooperativas agropecuarias y de ahorro y crédito en el MERCOSUR*. Montevideo: IDRC/CRDI.

- MONTES, Verónica; IGLESIAS, Leandro Ariel (2008). Estudio de caso – *Cabal Cooperativa Limitada de Medios de Pago*. Arquivo eletrônico. La Plata: Universidad Nacional de La Plata.
- _____ (2008b). Estudio de caso – *Banco CREDICOOP Cooperativo Limitado (BCCL)*. Arquivo eletrônico. La Plata: Universidad Nacional de La Plata.
- NETO SEGUNDO, João Joaquim de Melo; MAGALHÃES, Sandra (2005). Bairros pobres, ricas soluções – *Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Asmocomp.
- PENROSE, Edith (1962). *Teoría del crecimiento de la empresa*. Madrid: Aguilar.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles (1984). *The second industrial divide: possibilities and prosperity*. Nova York: Basic Books.
- YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan (2001). *O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. São Paulo: Ática.